

Nota Informativa

Edição 153/2024

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Projeto exige atuação do poder público para combater fake news durante desastres

Anatel coloca operadores em alerta para bloqueio de aplicativos de apostas

Consulta propõe atualizar requisitos técnicos para ETA visando novas tecnologias

3,5 milhões de brasileiros foram vítimas de phishing em 2023, estima Redbelt Security

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Medida do governo deve gerar arrecadação extra de R\$ 16 bi em 2025, diz Fazenda

Tesouro projeta estabilização da dívida entre 81% e 82% do PIB em 2028, diz Ceron

Receita Federal abre programa para regularização de bens no Brasil e no exterior

Governo atual pode chegar ao grau de investimento com limite de gastos, diz Moody's

Dívida Pública Federal encerra agosto em R\$ 7,035 trilhões, aponta Tesouro Nacional

ORÇAMENTO

Contas do governo têm déficit de R\$ 22,4 bi em agosto, menor para mês desde 2021

POLÍTICA

Indicado para presidir o BC, Gabriel Galípolo será sabatinado na terça (08)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Projeto exige atuação do poder público para combater fake news durante desastres

Poder Legislativo | 03/10/2024 - 15h16min

O Projeto de Lei 2733/24, em análise na Câmara dos Deputados, obriga a União, os estados e os municípios a estabelecerem protocolos para combater a divulgação de informações inverídicas (fake news) durante desastres, como enchentes e incêndios. O

objetivo da medida, segundo seu autor, deputado Patrus Ananias (PT-MG), é evitar que notícias falsas, divulgadas principalmente em redes sociais, tragam pânico para a população ou prejudiquem os trabalhos de ajuda aos atingidos. “A proliferação de notícias falsas pode minar a confiança do público em fontes de informação legítimas, dificultando a comunicação eficaz em momentos críticos”, diz Ananias. A proposta altera a [Lei 12.608/12](#), que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel coloca operadores em alerta para bloqueio de aplicativos de apostas

Poder Executivo | **02/10/2024 – 21h59min**

A Anatel notificou os provedores de banda larga (SCM e SMP) na quarta, 2, para que se preparem para o bloqueio de sites de apostas. Segundo declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, serão cerca de 500 sites e aplicativos que operam de maneira irregular no Brasil. A lista definitiva de IPs a serem bloqueados deve ser fornecida pela agência no dia 11, segundo a notificação a que este noticiário teve acesso. Segundo a notificação da Anatel às operadoras de telecom, a Lei 14.790/2023 é quem dá poderes legais ao Ministério da Fazenda a competência para determinar aos provedores de conexão o bloqueio de sites e aplicativos de apostas, e aos provedores de aplicações, a exclusão dos mesmos aplicativos. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Consulta propõe atualizar requisitos técnicos para ETA visando novas tecnologias

Poder Executivo | **02/10/2024 – 18h23min**

A Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) abriu na terça-feira, 1º, uma consulta pública (nº48/2024) sobre a proposta de atualização dos requisitos para avaliação da conformidade técnica de Estação Terminal de Acesso (ETA) para incorporar novas tecnologias. As contribuições devem ser encaminhadas pela plataforma Participa Anatel, até 9 de dezembro. O foco são requisitos mínimos de qualidade, segurança, interoperabilidade e proteção do espectro radioelétrico aplicados aos novos dispositivos a serem inseridos nas redes móveis 5G, a exemplo daqueles utilizados em redes não terrestres (NTN) e de outros de menor complexidade com baixo consumo de energia (RedCap), além da Categoria 1bis no caso das redes 4G, direcionados por exemplo ao mercado de IoT. As tecnologias em questão foram mencionadas durante Fórum de Certificação de Produtos para Telecomunicações realizado em novembro de 2023 pela Gerência de Certificação e Numeração da Anatel. O encontro teve como objetivo “abordar as inovações mais recentes do setor, com discussões que estão moldando o mundo das telecomunicações, como OpenRAN, Wi-Fi 7, Inteligência Artificial e 5G” e foi o momento em que a agência identificou a demanda, de acordo com a exposição de motivos da Consulta. Fonte: Telesintese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

3,5 milhões de brasileiros foram vítimas de phishing em 2023, estima Redbelt Security

Mercado | **02/10/2024**

Levantamento exclusivo da Redbelt Security, consultoria especializada em cibersegurança, revelou que, ao menos, 3,5 milhões de brasileiros foram vítimas de phishing em 2023. O phishing é uma técnica de ataque cibernético em que os criminosos tentam enganar as pessoas para que forneçam informações pessoais – como senhas e números de cartões de crédito –, geralmente, por meio de e-mails ou mensagens fraudulentas que se passam por comunicações legítimas. A expectativa da empresa é que o número de vítimas seja, no mínimo, 30% maior até o final deste ano. Mais de 450 mil ataques de phishing foram detectados no país no ano passado e, até o fim de 2024, a tendência é de um aumento de 58,2% em relação ao ano anterior, refletindo um crescimento contínuo dessa prática. Finanças, Saúde e Governo estão entre os setores mais visados. Semanalmente, cerca de 13.744 novas páginas são criadas para práticas de phishing no Brasil. Segundo a empresa, há aproximadamente 5,54 milhões de URL's fraudulentos ativos neste ano, usando de forma maliciosa o nome de pelo menos 254 marcas do mercado nacional – entre bancos, empresas de streaming, grandes lojas de varejo e empresas de telecomunicações e telefonia celular – para atrair as vítimas. Fonte: TI Inside

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Medida do governo deve gerar arrecadação extra de R\$ 16 bi em 2025, diz Fazenda

Poder Executivo | 03/10/2024 – 14h35min

O Ministério da Fazenda informou que a medida provisória que alonga o prazo para instituições financeiras deduzirem perdas decorrentes de inadimplência da base de cálculo do IRPJ (Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas) e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) deve gerar uma arrecadação adicional que superará os R\$ 16 bilhões em 2025. A pasta não especificou se o montante já consta nas previsões de receitas para o próximo ano e qual é a expectativa de adição. A MP foi publicada na noite de quarta-feira, 2, em edição extra do Diário Oficial. A medida editada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva limita um benefício aos bancos estabelecido na lei 14.467 de 2022, aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. A lei original estabelece que, a partir de 1º de janeiro de 2025, os bancos poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, essas perdas, independentemente da data da sua contratação; e operações com empresas em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Tesouro projeta estabilização da dívida entre 81% e 82% do PIB em 2028, diz Ceron

Poder Executivo | 03/10/2024 – 13h53min

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou na quinta-feira (03) que o órgão projeta em seu novo cenário estabilização da dívida bruta do governo geral (DBGG) entre 81% e 82% do Produto Interno bruto (PIB) em 2028. “[Mas] quanto mais inferior a 80% do PIB [a estabilização da dívida], melhor”, disse em entrevista coletiva, no Ministério da Fazenda, para comentar o Resultado do Tesouro Nacional (RTN) referente a agosto, divulgado na quinta-feira (03). Ele disse que o governo federal está preparado para, com novas medidas, “reagir à necessidade do cumprimento dos objetivos fiscais”. O secretário afirmou, por exemplo, que, caso haja necessidade, “pequenos passos coordenados por meio de despesa ou receita são importantes”. Na entrevista, ainda afirmou que, depois de um crescimento acelerado no primeiro semestre, a “despesa previdenciária está retornando para patamar mais equilibrado”. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Receita Federal abre programa para regularização de bens no Brasil e no exterior

Poder Executivo | 03/10/2024 – 07h21min

Receita Federal do Brasil (RFB) publicou a Instrução Normativa nº 2.221, de 19 de setembro de 2024, que regulamenta o Regime Especial de Regularização Geral de Bens Cambial e Tributária (RERCT-Geral). O programa permite que pessoas físicas e jurídicas regularizem ativos de origem lícita mantidos no Brasil ou no exterior. Para aderir ao RERCT-Geral, os contribuintes devem declarar voluntariamente os bens, direitos e recursos que possuíam em 31 de dezembro de 2023. O pagamento inclui imposto de renda de 15% sobre o valor desses ativos, além de uma multa de 100% sobre o imposto, totalizando 30% de recolhimento. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo atual pode chegar ao grau de investimento com limite de gastos, diz Moody's

Poder Executivo | 02/10/2024 – 23h

Há possibilidade de o Brasil atingir o grau de investimento ainda no governo atual se houver um ajuste fiscal pelo lado dos gastos obrigatórios, segundo a vice-presidente para risco soberano da Moody's, Samar Maziad. Na terça-feira (1º), a agência de classificação de risco melhorou a nota de crédito do Brasil, de "Ba2" para "Ba1", e manteve a perspectiva do país em "positiva". Com isso, o Brasil ficou a apenas um passo de atingir o chamado grau de

investimento, patamar em que o país se torna seguro —ou seja, com baixos riscos de calote para quem investe em seus títulos de dívida. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Dívida Pública Federal encerra agosto em R\$ 7,035 trilhões, aponta Tesouro Nacional Poder Executivo | 02/10/2024 – 18h55min

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) encerrou o mês de agosto em R\$ 7,035 trilhões, representando retração de R\$ 104,17 bilhões em relação a julho, ou seja, queda de 1,46% em termos nominais. Esse resultado foi impulsionado, principalmente, pela redução de 1,55% da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), que passou de R\$ 6,822 trilhões, em julho; para R\$ 6,716 trilhões, em agosto. Essa movimentação ocorreu devido ao resgate líquido de R\$ 163,17 bilhões, neutralizado, em parte, pela apropriação positiva de juros, em R\$ 57,46 bilhões, detalha o Tesouro. O estoque da Dívida Pública Federal externa (DPFe) subiu 0,48% (termos nominais) no período, encerrando agosto em R\$ 319,17 bilhões (US\$ 56,43 bilhões). Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Contas do governo têm déficit de R\$ 22,4 bi em agosto, menor para mês desde 2021 Poder Executivo | 03/10/2024 – 09h34min

As contas do Governo Central registraram déficit primário de R\$ 22,404 bilhões em agosto, conforme dados divulgados pelo Tesouro Nacional na quinta-feira. O resultado reúne as contas do Tesouro, do Banco Central e do INSS. É o melhor resultado para o mês desde 2021, quando houve déficit de R\$ 10,753 bilhões, em valores corrigidos pela inflação, conforme a série histórica do Tesouro, iniciada em 1997. Em julho, houve rombo R\$ 9,283 bilhões. No ano passado, o mês de agosto registrou déficit de R\$ 27,862 bilhões (com correção pelo IPCA). Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Indicado para presidir o BC, Gabriel Galípolo será sabatinado na terça (08) Poder Executivo | 03/10/2024 – 13h47min

Gabriel Galípolo, indicado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para assumir pelos próximos quatro anos o cargo de presidente do Banco Central do Brasil, será sabatinado na terça-feira (8) pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Caso aprovado após a sabatina, que começa às 10h, Galípolo terá o nome apreciado pelo Plenário ainda na terça. A indicação ([MSF 42/2024](#)) do economista tem como relator na CAE o líder do governo, senador Jaques Wagner (PT-BA). Se aprovado no Senado, Galípolo comandará a instituição a partir de janeiro de 2025. Ele substituirá Roberto Campos Neto, cujo mandato no BC vai até o dia 31 de dezembro. Segundo o [artigo 52 da Constituição](#), toda indicação para a diretoria do Banco Central passa pelo crivo do Senado, com sabatina e votação na CAE e, em seguida, votação no Plenário. As duas votações são secretas e o nome deve ser aprovado pela maioria dos votantes. A mensagem do Executivo com a indicação de Galípolo chegou ao Senado no dia 2 de setembro. Dois dias depois, em 4 de setembro, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, anunciou que a votação do nome de Galípolo no Plenário seria realizada em 8 de outubro. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)